

## **A DESIGUALDADE SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

### ***SOCIAL INEQUALITY AND ITS IMPLICATIONS IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM***

Isabela Freitas de Carvalho<sup>1</sup>

Vanessa Cristina Treviso<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Este artigo traz à tona alguns problemas enfrentados no sistema educacional brasileiro, ocasionados pela desigualdade social que se faz tão presente no país, tendo em vista que muitas pessoas são impedidas de serem indivíduos emancipados na perspectiva da educação por estarem presas a uma instrução que mantém apenas os interesses da classe burguesa perpetuado dentro das escolas, formando assim, alunos sem pensamento crítico e cheios de ideias reprodutoras da sociedade dominante. O presente artigo objetiva investigar de que maneiras a sociedade dominante impede as pessoas de sua própria emancipação e estuda de que forma a educação pode contribuir para a transformação social, averiguando os problemas ocasionados pela desigualdade social no Brasil e refletidos na educação. Trata-se de uma revisão bibliográfica, referendada nas contribuições de Bourdieu (1998), Freire (1987), Marx (1964), entre outros, remetendo a uma melhor compreensão de como um ensino crítico pode favorecer na formação das pessoas para que elas possam transformar a sociedade em que vivem. Em suma, o artigo mostra que as ideologias estão muito presentes em nosso meio e acabam perpetuando de forma oculta na sociedade, portanto é necessário revelá-las e superá-las. A educação emancipatória tende a ser uma grande contribuinte para que tudo isso possa ocorrer e para que alunos críticos sejam formados.

Palavras-chave: Desigualdade. Educação. Emancipação.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: isabela\_caarvalho@hotmail.com.

<sup>2</sup>Professora Mestre no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: vctre@ig.com.br

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo mostra alguns problemas enfrentados no sistema educacional brasileiro, ocasionados pela desigualdade social que se faz tão presente no país, tanto pelos fatores relacionados à economia, quanto pelos princípios de justiça social e, em seguida, apresenta uma sugestão de uma educação emancipatória a partir da abordagem de conceitos Bourdieu (1998), Freire (1987), Marx (1964), entre outros, para que, assim, as pessoas possam ser agentes de transformações na sociedade e na educação do país, tendo em vista que é por meio da educação emancipatória que os alunos tornam-se indivíduos críticos que não aceitam a realidade somente como enxergam, mas sim, que formulam perguntas e buscam respostas para diversos fatores da sociedade.

O tema é de extrema necessidade para que sejam mostrados alguns dos problemas enfrentados no sistema educacional brasileiro, apontando dessa maneira, a forma como a sociedade dominante priva as pessoas de sua emancipação, por estarem presas a uma instrução que mantém apenas os interesses da classe burguesa perpetuando dentro das escolas, fazendo com que os alunos sejam formados sem o pensamento crítico e cheios de ideias reprodutoras da sociedade dominante. Não há intenção de fazer uma discussão, mas sim de deixar claro a importância de formar alunos críticos, explicitando a importância dos professores apresentar primeiramente todos os conteúdos a eles e finalizar com a promoção de debates, e reflexões, para que assim eles possam reconhecer o que acontece na sociedade e então identificar o que for melhor para eles.

Tendo isso em vista, o tema busca trazer à tona uma reflexão sobre como a educação pode agir para que ocorra uma transformação social. Considerando-se esses fatores, o trabalho dos professores é de extrema relevância para que eduquem para libertar, fazendo com que seus alunos não estejam alienados, e, assim, transforme a sociedade e a educação do país. O trabalho é dividido em três seções, sendo elas: A desigualdade social no Brasil; A desigualdade social vinculada à educação e na última seção é discutida uma alternativa de como superar aspectos da imposição de valores da classe dominante e possibilitar o enfrentamento crítico da realidade social, contribuindo assim para uma superação.

### **1 A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL**

O Brasil é marcado por uma série de desigualdades que ocorrem desde a sua descoberta e é considerado o sétimo país com mais desigualdades do mundo, de acordo com o último relatório do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) realizado em 2019. A desigualdade social pode ser notada através das rendas, quando comparadas às dos mais ricos com as dos mais pobres. O acesso a serviços básicos de sobrevivência, à cultura e a escola também são fatores pertinentes que deixam explícitas as injustiças sociais, tendo em vista que muitas pessoas no Brasil não conseguem ter acesso à saúde e educação de qualidade, muitas são as que estão desempregadas e ainda há aquelas que acabam passando fome.

Há várias teorias que dizem respeito ao desequilíbrio econômico presente nas sociedades, como por exemplo no livro *“A ideologia alemã”*, escrito por Karl Marx em 1846, mostra que por trás do sistema capitalista existe uma ideologia e essa ideologia se refere à exploração da classe trabalhadora pela burguesia. De acordo com Marx (1846), a ideologia é um ajuntamento de ideias, que acabam por manter uma grande exploração da burguesia que é a dona dos meios de produção em cima das pessoas que precisam trabalhar e utilizam apenas de sua força de trabalho para sobreviverem, deixando claro assim, uma ligação desigual de forças. De acordo com Chauí (1997):

Se a dominação e a exploração de uma classe for perceptível como violência, isto é, como poder injusto e ilegítimo, os explorados e dominados se sentem no justo e legítimo direito de recusá-la, revoltando-se. Por este motivo, o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concretas. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação. (CHAUÍ,1997, p.103).

É possível notar que muitas pessoas estão alienadas, cada vez mais os trabalhadores tornam-se seres oprimidos, parecendo estarem programados a somente trabalhar cada vez mais, a fim de garantir a sua sobrevivência. Sendo assim, o trabalho torna-se algo cansativo e desgastante, muitas famílias mesmo possuindo um emprego ainda não conseguem viver de maneira digna, pois o salário não é significativo e muitas dívidas ficam pendentes. É indignante ver a real situação da sociedade, onde de um lado temos os que possuem muito dinheiro e do outro lado

está a grande parte da sociedade vivendo apenas com o mínimo e lutando todos os dias para sobreviver nessa realidade injusta.

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza) (MARX, 1964, p. 161).

No Brasil, mais de 27% da renda está concentrada nas mãos de apenas 1% da população, portanto, em todas as cidades do país é possível notar a desigualdade social. Existe uma série de fatos relevantes que contribuem para que essa desigualdade seja mantida, a discriminação é um deles, tendo em vista que desde a descoberta de nosso país, os índios foram escravizados para que gerassem riquezas para os portugueses através da mão de obra barata, deixando claro que algumas pessoas tinham mais valor do que as outras. Portanto, a discriminação foi sim o alicerce na construção da desigualdade e ainda hoje contribui para que ela se mantenha.

A questão de gênero também é uma forte contribuinte para essa manutenção da desigualdade, considerando que a parcela de desemprego entre mulheres negras no Brasil é de 16,5% enquanto a dos homens brancos é de 8,3%, segundo o último PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado em 2019. Infelizmente, temos ainda em nossa sociedade pessoas que pensam que mulheres são menos capazes de realizarem determinados serviços, contribuindo assim para que as mulheres tenham salários menores e cargos menos importantes quando comparados com os homens.

Há ainda a questão da tributação de impostos que pesa muito no bolso daquelas pessoas que possuem uma renda baixa, mas que para um indivíduo de renda alta não faz diferença, portanto, os que são mais pobres acabam pagando proporcionalmente mais impostos que do aqueles que são mais ricos.

Tendo em vista todos esses fatores relevantes que mantêm a desigualdade no Brasil, pode-se chegar à conclusão de que a tendência para que a desigualdade aumente é muito grande, pois a má distribuição de renda e os elevados níveis de pobreza são cada vez maiores. Logo, acabar com a desigualdade ou ao menos amenizá-la se torna um grande desafio em um país que acaba excluindo uma enorme

parte significativa de sua população de terem acesso às condições básicas de vida humana. A tática para uma redução de pobreza demandaria o aumento da renda per capita ou a igualdade na distribuição de renda.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica (FREIRE, 1984, p.89).

Portanto, faz-se de extrema importância que todas as pessoas sejam conscientizadas sobre sua classe social e as desigualdades que perpetuam na sociedade, para que assim, possam tornar-se seres críticos e dispostos a lutarem pela transformação da realidade em que estão inseridos.

## **2 A DESIGUALDADE VINCULADA À EDUCAÇÃO**

A educação brasileira já passou por muitos acontecimentos marcantes, cada momento com uma realidade diferente, mas nem sempre ela foi feita para que todos pudessem acessá-la, ela sempre foi destinada às classes que possuíam uma melhor condição, tornando-se assim uma educação voltada somente para a elite. Logo no início da educação no país, os padres eram os responsáveis por ensinar os índios, portanto, religião e educação estavam ligadas entre si, mas as coisas foram mudando quando os jesuítas foram expulsos do Brasil.

Explicitamente, a missão da Companhia de Jesus era a de catequizar, ou seja, conseguir adeptos à fé católica, tornar os índios mais dóceis e submissos, adaptando-os à mão de obra. Verificamos, porém, que implicitamente ela afastou-se deste objetivo voltando-se para a educação de elites, pois assim agindo, garantia para si lucros financeiros e a formação de futuros sacerdotes, o que não lhe era assegurado na proposta inicial. Da educação estava excluído o povo, e graças à Companhia de Jesus, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente (RIBEIRO, 1993).

Alguns anos após esse acontecimento foi que o Estado se responsabilizou pela educação, mas os professores não tinham preparo para a realização das aulas, eles recebiam apenas pequenas instruções e isso bastava. Como aponta Souza (2018), com o Estado assumindo os encargos da educação, o quadro de professores foi mudado e os níveis de ensino rebaixados.

O acesso à educação foi impulsionado no ano de 1920 com as diversas reformas educacionais que ocorreram nessa época. Na década de 1930, Anísio Teixeira foi o grande colaborador para a então denominada pedagogia nova que hostilizava a delimitação da educação somente para as elites da época e a questão religiosa. Foi então que os educadores começaram a notar e a denunciar as irregularidades educacionais existentes naquele contexto.

[...] surge um movimento de cunho pedagógico, a Escola Nova. Veremos, pela primeira vez, educadores de profissão que denunciam o analfabetismo e outros problemas da educação. O escolanovismo vai buscar na Europa suas origens, onde já no século anterior uma sociedade industrializada se preocupava com a individualidade do aluno. No Brasil, os pioneiros da Escola Nova defendem o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório, a reorganização do sistema escolar sem o questionamento do capitalismo dependente, enfatizam a importância do Estado na educação e desta na reconstrução nacional. Como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo-os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem. [...] Um aspecto negativo do pensamento dos pioneiros é que a realidade brasileira era totalmente adversa da realidade americana ou europeia (RIBEIRO, 1993).

No ano de 1960, começaram a surgir movimentos voltados para a educação popular, a fim de que as pessoas pudessem participar da vida política. Quando então, em 1964 ocorreu o golpe de estado e os militares ficaram à frente do poder. Nesse contexto, houve muitas discussões e intrigas, tanto as reformas como as leis criadas nesse período foram elaboradas por uma minoria que acreditavam serem os donos da razão. Para Souza (2018), antes mesmo do período ditatorial, nunca foi possível consolidar a ideia de democratização, com o golpe tudo o que se relacionava a educação se distanciou ainda mais desse ideal, tendo em vista que esse período foi pautado pela repressão, privatização do ensino, privilegiando somente a classe dominante, portanto, a escola atendendo ao regime vigente, estava apenas transformando as pessoas em objetos de trabalho e de lucro, tornando-as passivas diante de tudo o que lhes era imposto.

Em suma, a educação nunca foi prioridade, ela sempre esteve presente para disfarçar interesses da elite, sejam eles políticos, culturais ou econômicos e isso é uma verdadeira lástima, pois a educação contribui com a formação de cidadãos críticos e participativos que sabem reconhecer as verdadeiras necessidades do país e não fecham os olhos diante das ideologias existentes.

É possível notar, na contemporaneidade, as grandes diferenças existentes quando se fala em educação. Pensando em educação escolar, pode ser feita a comparação entre as escolas públicas e as privadas, há um grande abismo entre elas.

(...) a escola pública tem sido mais um espaço de reprodução das desigualdades sociais do que, propriamente, de emancipação e transformação social. As políticas públicas têm encarado de modo muito superficial o problema das desigualdades escolares, como se somente a democratização ao acesso fosse, por si só, reverberar no combate a desigualdade social (ARENHART E SILVA, 2014, P.71).

Nas escolas públicas ocorrem muitos problemas que acabam ficando nítido a todos. As salas de aulas geralmente são lotadas, a infraestrutura das escolas sempre está precisando de manutenções que quase nunca são efetivadas, não há materiais e recursos suficientes para que os professores realizem tudo o que desejam e os alunos não são cobrados de maneira que se sintam na responsabilidade de aprender significativamente, carregando com eles muitas defasagens ao longo da vida escolar, o que torna a qualidade do ensino bem menor quando comparada ao ensino privado.

Já nas escolas particulares, geralmente a qualidade em infraestrutura e recursos é melhor, o ambiente é favorável ao aprendizado, e o ensino é significativo para os alunos, eles já saem da escola prontos para enfrentarem um vestibular e ingressarem na faculdade. Mas é preciso deixar claro que esses alunos, na maioria das vezes, são filhos de pessoas da classe econômica alta, que possuem condições para pagarem a mensalidade escolar.

A matrícula no setor privado, na realidade, acompanha as características sociais da população de cada subprefeitura, sendo correlacionada à renda domiciliar mais alta e à taxa de ensino superior. Vê-se, por meio deste quadro, a segmentação social vertical do sistema de ensino (...)(PEROSA, 2017).

Já os alunos das escolas públicas geralmente são pessoas de classe baixa, de diversos contextos sociais; e há ainda aqueles que frequentam a escola somente para alimentar-se, pois não há comida em casa, portanto, não encontram sentido nenhum no aprendizado, deixando claro, assim, uma maneira de como a desigualdade perpetua dentro dessas escolas.

Os alunos das escolas privadas não possuem preocupações, quanto ao que vão comer, assim como outros problemas que somente as classes mais pobres da sociedade vivenciam. Existem muitos alunos da escola pública que acabam se

evadindo delas, para poderem trabalhar a fim de obterem lucros para levar a família, que, muitas vezes, passam necessidades e não vivem de maneira digna.

A má qualidade de ensino oportuniza o efeito da pobreza, pois é através da educação que os alunos das classes sociais mais baixas podem encontrar maneiras de mudar a realidade em que vivem. Mas, aí está o problema. Os alunos não estão sendo formados para mudarem a realidade, mas sim, para continuarem “cegos” diante de um sistema que não se importa verdadeiramente com o aprendizado de seus alunos, mas que se importa apenas com seus interesses políticos e econômicos.

(...) os pobres podem ter acesso ao sistema escolar, desde que não se questione a existência de redes educacionais estruturalmente diferenciadas e segmentadas, nas quais a qualidade do direito à educação está determinada pela quantidade de recursos que cada um tem para pagar por ela. Em outras palavras, ao ampliar o acesso e a permanência em um sistema educacional cuja própria estrutura é segmentada, as possibilidades de ingresso e egresso do aparelho escolar acabam sendo também inevitavelmente diferenciadas. Que todos tenham acesso à escola não significa que todos tenham acesso ao mesmo tipo de escolarização (ALENCAR E GENTILI, 2012, p. 37).

A maior parte dos alunos do país estudam nas escolas de rede pública, mostrando assim a desigualdade social facejada pela sociedade, e infelizmente muitas vezes não acontece nada para que a realidade seja diferente, pois os alunos são formados para serem cidadãos não críticos que na escola são apenas seres passivos para receber o que o professor ministrará. Aranha (2006) relata que:

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política (ARANHA, 2006, p.24).

A escola acaba se tornando um lugar onde as estruturas sociais são reproduzidas, deixando claro assim as desigualdades presentes entre os alunos, e isso fica ainda mais nítido quando se fala em capital cultural que os alunos carregam com si. O capital cultural, para Bourdieu (1998), pode ser definido como:

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à



vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 28).

Tendo isso em vista, o capital cultural seria correspondente à bagagem que cada aluno traz consigo, e que ele se diferencia conforme cada classe social. Como por exemplo, um aluno de classe social alta já frequentou muitos teatros, fez várias viagens, leu muitos livros, enquanto o de classe social baixa talvez nunca tenha tido acesso a nada disso, o que acaba diferenciando o desempenho escolar de cada aluno. Portanto, não é somente o dinheiro que pode ser concentrado, a cultura também pode. Logo, a escola acaba perpetuando a desigualdade, pois acaba deixando explícitas as diferenças entre os alunos. É na escola também que as relações sociais são reproduzidas, os professores tendem a seguir o currículo que é regido pelo Estado constituído pela classe dominante. Tendo isso em vista, é importante ressaltar que o currículo deve ser seguido, mas o professor não precisa ficar limitado somente a ele, o professor deve ir além.

### **3 COMO SUPERAR**

Com os estudos apontados nas seções anteriores, é possível notar que a escola reproduz os interesses da classe dominante, formando assim alunos sem senso crítico, que não conseguem enxergar nada de outra maneira a não ser a que lhes é ensinada. Esses alunos vão à escola, mas não encontram sentido em nada que aprendem, tudo é muito mecânico, não há uma aprendizagem significativa, não há propósito, pois estão “cegos” mediante as ideologias que estão tão presentes no ambiente em que deveriam aprender a questionar, mas que isso não acontece, pois a realidade é mascarada.

Contudo, neste concerto, há um Aparelho Ideológico de Estado que desempenha incontestavelmente o papel dominante, embora nem sempre se preste muita atenção à sua música: ela é de tal maneira silenciosa! Trata-se da Escola. Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais vulnerável, entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, «saberes práticos» (des «savoirfaire») envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia) (ALTHUSSER, 1987, p.64).

É de extrema importância que os alunos estejam atentos a tudo o que acontece, portanto, devem ser críticos e participativos na vida em sociedade, na política, na cultura e em tudo o que os envolve e a todos os cidadãos. Como uma forma de superar essas adversidades encontradas, Freire (1987) já havia discorrido a respeito de uma forma de educação que é totalmente diferente da que oprime, essa forma de educação não se conforma com a educação bancária que trata o aluno apenas como um depósito e que faz com que a educação seja uma prática de dominação. Contrariando totalmente a educação bancária, Freire traz a proposta de educação libertadora e problematizadora.

Mais uma vez se antagonizam as duas concepções e as duas práticas que estamos analisando. A “bancária”, por óbvios motivos, insiste em manter ocultas certas razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo e, para isto, mistifica a realidade. A problematizadora, comprometida com a libertação, se empenha na desmitificação. Por isto, a primeira nega o diálogo, enquanto a segunda tem nele a indispensável relação ao ato cognoscente, desvelador da realidade (FREIRE, 1987).

É muito importante que a educação libertadora seja colocada em prática nas escolas, pois é por meio dela que poderão ser formados seres humanos críticos, não mais ingênuos, mas sim que não aceitam a realidade apenas como podem ver, mas que questionam, façam indagações e reflexões acerca da sociedade e tudo o que está ao redor, conseguindo, portanto, compreender com discernimento todo o conteúdo que lhes forem imputado.

Somente por meio de uma educação emancipatória que a sociedade irá mudar, pois apenas ela tem o poder de transformá-la e fazer com que as pessoas parem de ser oprimidas, mas que se disponham a lutar por uma revolução a fim de acabar com a dominação da elite.

Tendo isso em vista, é preciso atentar-se também para os cursos de licenciatura, para que deles saiam formados professores críticos e comprometidos com o objetivo de contribuir na formação de seus próprios alunos para que também sejam críticos e assim possam perceber com facilidade as ideologias que são expostas diariamente pela classe dominante. Os professores devem, portanto, em suas práticas pedagógicas, utilizarem de metodologias que deixem claro uma postura libertadora para que assim possa acontecer de fato um crescimento da consciência

crítica de seus alunos, a fim de que possam romper o senso comum e não somente enxergar a realidade, mas sim compreendê-la e transformá-la.

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e concreta, é desvelar as possibilidades, não importa os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e, quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo (FREIRE, 2009, p. 11).

Por fim, pode-se concluir que todos precisam estar atentos, focados nas escolas, onde ocorrem às opressões e as ideologias perpetuam ocultamente, a fim de que elas possam ser desmitificadas, reveladas e finalmente superadas, para que a escola não seja um lugar de opressão, mas sim de libertação e diálogo, em que o aluno seja valorizado levando em consideração até o contexto social em que está inserido, um aprendendo com o outro e não sendo tratados como se fossem apenas depósitos, pois deve ser considerado todo conteúdo que os alunos quiserem falar, eles não podem ser vistos como passivos do conhecimento, pois enquanto aprendem podem também ensinar, opinar, criticar e fazer a interação tanto com os colegas da turma, quanto com o professor e esse diálogo deve ser valorizado, pois ele contribui de maneira significativa para o aprendizado dos alunos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que o Brasil é um país muito desigual, muitos indivíduos aqui são impossibilitados de terem acesso às questões básicas de sobrevivência, como por exemplo a saúde e a uma educação de qualidade, há muitos desempregados e ainda há os que passam fome.

Ao entrar no âmbito da educação escolar, é possível constatar que a escola é um lugar onde a desigualdade social é reproduzida e nela acaba perpetuando os interesses da elite. Portanto, a escola torna-se um ambiente onde as estruturas sociais são reproduzidas, mostrando a todos que não é somente o dinheiro que pode ser concentrado, mas que a cultura também pode, o que acaba por diferenciar grandemente os alunos das escolas públicas com os das escolas privadas, pois os alunos carregam com eles o capital cultural que são bem distintos entre cada um.

As ideologias estão presentes na sociedade e perpetuadas ocultamente em nosso meio, portanto deve-se encontrar maneiras de expô-las e por fim superá-las, os

alunos são o grande foco para que isso se torne possível, pois é por meio deles que a sociedade pode ser transformada, visto que a formação de alunos críticos e participativos é uma solução para que haja de fato uma mudança radical na sociedade.

Deste modo, a educação emancipatória tem papel fundamental para a formação de alunos críticos, pois será de incumbência dos professores colocá-la em prática nas escolas por ser a grande contribuinte para romper o senso comum dos alunos e quebrar a ingenuidade deles, apresentando todos os conteúdos, criando debates e reflexões acerca de todos os assuntos pertinentes na sociedade para que os alunos possam identificar o que consideram melhor e aprendam a questionar ao invés de aceitarem a realidade somente como poder ver.

A aprendizagem, portanto, passa a ser participativa, em que há interação entre todos e os alunos não são tratados apenas como depósitos. O diálogo é valorizado, assim como o contexto social onde cada um está inserido, fazendo toda diferença em suas vidas e os levando a aprendizagens significativas e transformadoras que carregarão por toda a existência.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARENHART, Deise; SILVA, Mauricio Roberto da. **Entre a favela e o castelo: Infância, desigualdades sociais e escolares**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89149/92025>>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Brasil é o sétimo país com mais desigualdade no mundo, segundo a ONU. **Rede Brasil Atual**, 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/>. Acesso em: 25 de agosto de 2020.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

Cresce a diferença entre escola pública e privada do país. **Veja**, 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/educacao/cresce-a-diferenca-entre-escola-publica-e-privada-do-pais/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

Ensino básico tem 73,5% dos alunos em escolas públicas, diz IBGE. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-12/ensino-basico-tem-735-dos-alunos-em-escolas-publicas-diz-ibge>>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

Escolas públicas atendem 45 milhões de alunos no Brasil. **Inep**, 2020. Disponível em: <[http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/escolas-publicas-atendem-45-milhoes-de-alunos-no-brasil/21206](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/escolas-publicas-atendem-45-milhoes-de-alunos-no-brasil/21206)>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 16ª ed. 2009.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 34.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p. GENTILI, Pablo e ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

Negras ganham menos e sofrem mais com o desemprego do que as brancas. **Folha**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-ganham-menos-e-sofrem-mais-com-o-desemprego-do-que-as-brancas.shtml>>. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

PEROSA, Graziela Serroni. **A escolha da escola privada em famílias dos grupos populares**. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/141095-Texto%20do%20artigo-276062-1-10-20171127.pdf>>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

RESULTADOS do Enem aprofundam diferenças entre escolas públicas e privadas, diz especialista. **Jornal Usp**, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/resultados-do-enem-aprofundam-diferencas-entre-escolas-publicas-e-privadas-diz-especialista/>>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003)>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

SOUZA, José Clécio Silva e. **Educação e história da educação no Brasil**. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

